

REQUERIMENTO

Considerando que o Governo Regional vem negando, sistematicamente, desde há dois anos, as denúncias de atrasos de pagamentos na reconstrução e afastando qualquer cenário de crise financeira.

Considerando que, em 10 de Setembro de 1998, o Sr. Presidente do Governo, Carlos César, dizia no Jornal “Açoriano Oriental” que “a reconstrução levaria 2 a 3 anos” e que, na altura, se estimava que custaria 27 milhões de contos.

Considerando que, quando havia reclamações sobre as demoras no arranque do processo da reconstrução, o Governo, insistentemente, justificava-se com a necessidade de haver um grande rigor e exigência na fase de planeamento de todo o processo.

Considerando a incongruência que é ainda antes de ter decorrido meio ano da execução do Plano de 2002, o mesmo Governo Regional que nesse Plano fez cortes no Programa “Sismo” e reduziu as verbas inscritas em relação ao Plano a Médio Prazo na ordem dos 17%, aparecer agora a exigir mais dinheiro.

Considerando que a maioria parlamentar na Assembleia Legislativa Regional dos Açores chumbou uma proposta do PSD para reforçar as verbas do Programa Calamidades-Sismo do Plano de 2002.

Considerando que o Sr. Secretário das Finanças, por altura da discussão do Plano de 2002, disse que as verbas que tinha asseguradas pelo Governo da República garantiam a cobertura das necessidades do Programa “Calamidades”, referindo-se à

verba que acabou por ser perdoada à dívida regional já pelo Governo de Durão Barroso, no valor de 6,5 milhões de contos.

Considerando que, desde a queda do Governo Socialista de António Guterres, o Governo Regional começou a tornar público o que antes ninguém tinha conhecimento e ninguém havia reclamado: os 4 milhões de contos que o governo anterior teria prometido.

Considerando que essa verba, para alguns responsáveis do Governo, não era precisa no imediato, enquanto para outros foi reclamada como indispensável, dizendo que teria de chegar no ano corrente.

Considerando que, repentinamente, o Governo Regional passa a referir a necessidade de uma verba de 17 milhões de contos para que possa concluir a Reconstrução no prazo previsto, pelo que já nem os 4 milhões de contos até agora reclamados da República são suficientes para equilibrar as contas da reconstrução.

Considerando que estes novos valores fazem disparar o custo da reconstrução para uma verba global de 45 milhões de contos.

Considerando que, depois de mais de um ano a negar a evidência das dificuldades financeiras, finalmente o Governo Regional diz que essas dificuldades têm a ver com o processo de reconstrução e admite erros no cálculo dos custos do processo.

Considerando que esses erros configuram, para já, um acréscimo de cerca de 60% relativamente ao orçamento inicial da reconstrução e o dobro do tempo inicialmente previsto para a conclusão do processo, o que representa um erro grosseiro, que põe

em causa todo o rigor e exigência que se diz ter havido na fase de planeamento e que, por isso, exige explicações claras e minuciosas e não pode ser tratado com ligeireza ou como nada se tivesse passado.

Considerando a demora que habitualmente caracteriza a resposta ao pedido de informações ao CPR sobre o andamento da reconstrução, nalguns casos levando mais de um ano.

Considerando que um ano depois, no caso do Faial, e três meses depois, no caso do Pico, a maioria dos sinistrados que colocou questões à Comissão da Assembleia que Acompanha a Acção do Governo nesta área se queixa que ainda não recebeu qualquer resposta.

Considerando que o Governo não esclareceu se a verba que agora diz necessitar se destina apenas às obras em curso ou já inclui a intervenção em áreas onde, apesar de se ter comprometido a intervir, ainda não assumiu uma orientação clara: o caso dos sinistrados do 2º e 3º escalões; os sinistrados do 1º escalão sem terreno próprio; a operacionalização dos juros bonificados, etc.

Considerando que, ainda há poucos meses, o Tribunal de Contas levantou sérias dúvidas sobre o andamento de uma das empreitadas da reconstrução, em que “das 143 moradias que já deveriam estar intervencionadas, o CPR só conseguiu concluir até ao momento 21 habitações”.

Considerando a urgência de se poder avaliar devidamente e com profundidade quer as causas da derrapagem que o Governo diz existir na reconstrução, quer a execução discriminada do que até agora já foi feito.

Os Deputados Regionais abaixo assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis vem requerer as seguintes informações:

1 - Indicação, por empreitada, dos seguintes elementos:

- a - Número de casas novas a construir;
- b - Número de reabilitações;
- c - Número de reparações;
- d - Número total de moradias já concluídas e entregues nesta data;
- e - Indicação, moradia a moradia, do número de metros quadrados e do valor total da intervenção quer esteja concluída, quer esteja ainda em curso;
- f - Indicação, moradia a moradia, do custo total de alterações enquadráveis em “trabalhos a mais por situações não previstas inicialmente em projecto”.

2 - Indicação das verbas pagas até à data:

- a - A cada gabinete de arquitectura a trabalhar nas várias freguesias;
- b - A cada empresa a trabalhar na reconstrução;
- c - A cada gabinete de fiscalização.

3 - Indicação das verbas facturadas e ainda não pagas até ao presente:

- a - A cada gabinete de arquitectura a trabalhar nas várias freguesias;
- b - A cada empresa a trabalhar na reconstrução;
- c - A cada gabinete de fiscalização.

4 - Indicação das verbas despendidas, até à data, por ilha, nos apoios em administração directa.

5 - Indicação das verbas ainda não liquidadas pelo CPR mas já despendidas pelos sinistrados até à data, em administração directa.

6 - Indicação sobre se os apoios na vertente dos juros bonificados já estão operacionais e em caso negativo porquê. Em caso positivo:

a - Quais os bancos que os praticam?

b - Quais os valores despendidos até à data neste domínio?

c - Quantos sinistrados utilizaram este apoio até à data?

7 - Quando pensa o CPR responder às questões colocadas pelos sinistrados do Faial e Pico à Comissão de Acompanhamento da Acção Governativa na sequência dos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998?

Horta, 03 de Julho de 2002

Os Deputados Regionais,

Victor Cruz

Duarte Freitas

Manuel Azevedo

Costa Pereira